



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 15 de Outubro de 2019

Campanha faz homenagem no Dia dos Professores



Em sala, foi o primeiro livro que Olga Neri se apaixonou por literatura e decidiu ensinar professoras



Na natureza, Ana Lúcia Aguiar começou a alfabetização com a mãe enquanto cuidava das crianças

Fundação Roberto Marinho, Canal Futura e outras instituições exibem série de vídeos e convidam twitteiros a publicar histórias de mestres que fizeram a diferença, com as hashtags #Nem1PraTras e #Nem1SemProfessor

BRUNO ALFANO

bruno.alfano@extra.inf.br

O caderno de caligrafia da infância de Ana Lúcia Aguiar, de 68 anos, foi a areia da Praia do Cachorro, em Fernando de Noronha. Até os 13 anos, a agora PhD em Educação viveu na ilha e recebeu as primeiras instruções nas letras e nos números da mãe, uma pastora de ovelhas “sabida”, como ela diz, que estudou até o 4º ano do ensino fundamental.

A profissional é uma das personagens retratadas pela campanha #Nem1SemProfessor, que o Canal Futura, a Fundação Roberto Marinho e mais de 100

instituições ligadas à área de Educação lançam neste mês para comemorar o Dia do Professor, celebrado hoje.

— As minhas lições foram ao ar livre, ao mar aberto, na natureza. Eu via mamãe com tanta vontade de que estudássemos, porque ela queria que nos tornássemos gente. E ela dizia que, para ser gente, teríamos que estudar e ter bons professores — conta Ana Lúcia, docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, com experiência em universidades da Alemanha e do Japão: — Me tornei a professora que ela esperava, que ensina com significado para a vida coletiva.

Além da série de vídeos, a mobilização também acontece nas redes sociais. As instituições envolvidas compartilharão posts marcados com as hashtags #Nem1PraTras e #Nem1SemProfessor, que homenageiam professores que marcaram a vida dos usuários do Twitter. A ideia é que as pessoas

contem como a experiência dos educadores marcaram a vida dos alunos.

O professor de Geografia Flávio Batista, de Goiânia, tem uma história dessas: duas professoras, uma de Geopolítica e outra de Português, transformaram a experiência ruim da escola “como uma prisão”, que ele vinha tendo como aluno, em um “local de descobertas”.

— Quando elas descobriram a minha paixão por literatura, me mostraram as matérias através dos livros. Além disso, elas me ouviram, entenderam minhas dificuldades e me mostraram uma outra escola — conta Flávio, que também é retratado na série de vídeos do Canal Futura.

DIÁLOGO

A partir da sua experiência como estudante, orientou sua atuação como educador.

— Meus professores me ouviam, queriam saber sobre minha trajetória — diz Flávio, de 31 anos. — Quando eu chego em sala, não tenho uma definição prévia de quem são. É no cotidiano que os conheço, nas nossas diferenças de concepção, nas dúvidas mais simples. Há quem não consiga responder aprova, e não defino uma nota ali. Na verdade, me esforço para saber o que aconteceu. Às vezes é falta de leitura, outras, são resultados de relações violentas em casa.

Outra personagem retratada no Canal Futura é Olga Neri, de 54





anos, docente do ensino básico de Caxias do Sul (RS) que só seguiu na carreira por causa de Teresinha Ruzzarim, a professora de Literatura que teve na escola.

— Ela fez com que eu me apaixonasse por Machado de Assis. Aí eu abandonei a ideia de fazer Direito e segui para a faculdade de Letras. Sou uma pessoa realizada. Embora saiba que as condições de trabalho são adversas e a remuneração não é adequada, não tem preço ver o brilho do olhar de alguém que percebe a possibilidade de aprender —afirma a professor agaúcha.

A cruzada dos marombados

ALVARO COSTA E SILVA

Na sexta-feira (11), dois deputados marombados —um estadual, outro federal— invadiram o colégio Pedro 2º, em São Cristóvão, com a desculpa de fazer uma vistoria. Segundo eles, tratava-se de “uma nova cruzada pela educação”. Como não tinham autorização para inspecionar o local, o reitor Oscar Halac tentou impedir a entrada dos dois na instituição fundada em 1837. Eles insistiram e, armados com celulares, fizeram imagens de crianças, também sem autorização.

No melhor estilo Festival de Besteiras que Assola o País, o marombado federal tentou se explicar: “Tiramos fotos de vários locais: de murais, de infiltrações, de salas de aula que tivessem livros ou qualquer coisa também. Nosso intuito não é ideologia. Contudo, se for visto ideologia, é evidente que também iremos catalogar e levar ao ministério para que eles também possam tomar medidas, caso haja medidas a serem tomadas”.

Pelo discurso incoerente e mal

construído, o invasor faria melhor se voltasse aos bancos escolares. Mas preferiu parar em frente a um mural e questionar um cartaz com referência a mortes de crianças a tiro nas favelas. O diálogo travado a seguir foi puro Twitter. Reitor: “O número de mortes está imenso no Rio”. Marombado: “De bandido”. Reitor: “Mas tem criança de oito anos que não pode ser bandido”. Marombado: “Já fez a perícia?”. Reitor: “Pra saber se ela é bandida?”. Marombado: “Não, para saber se ela foi morta por policiais”.

Ambos foram expulsos pelos alunos, que improvisaram um coro: “Ô, Marielle, quero justiça, não aceitamos deputado da milícia”. Explica-se: os marombados são aqueles que, em setembro do ano passado, durante um comício, quebraram uma placa em homenagem à vereadora.

Se gostassem de ler e não de puxar ferro, eles conheceriam a obra de Nelson Rodrigues, para quem o aluno do Pedro 2º “é a única sanidade mental do Brasil”.

Maioria dos brasileiros afirma que escola inclusiva melhora educação

Jairo Marques
SÃO PAULO

Uma década após o país ter decretado oficialmente adesão à convenção mundial da ONU pelos direitos das pessoas com deficiência —que, entre outros pontos, preconiza a educação inclusiva, em que toda criança estuda em um mesmo ambiente, sem segregação— o brasileiro indica apoiar o modelo.

Pesquisa nacional do Datafolha encomendada por um dos mais importantes organismos do Brasil na defesa dos direitos e do bem viver da criança, o Instituto Alana, feita com 2.074 pessoas em 130 municípios, indicou que 86% dos entrevistados avaliam que “as escolas ficam melhores quando incluem alunos com deficiência”.

Com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, o levantamento foi realizado entre 10 e 15 de julho deste ano e contou com dez perguntas cujas respostas foram estimuladas por meio de um cartão entregue aos

entrevistados para serem escolhidas.

Outros pontos considerados positivos à escola inclusiva na pesquisa foram que 76% dos entrevistados “acham que a criança com deficiência aprende mais ao lado de crianças sem deficiência” e 68% que se disseram contrários à afirmação de que “a criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência”.

Embora seja o modelo vigente e esteja sendo aplicado em todo o país, a escola inclusiva ainda enfrenta resistência, sobretudo entre organizações e famílias de pessoas com limitações intelectuais mais graves, que alegam faltar preparo ao professor e aos colégios para atender a esse público de forma satisfatória, além de dar a ele segurança e acolhimento adequados.

Rotineiramente, projetos de lei surgem no Congresso com o intuito de criar exceções ou propagados “aperfeiçoamentos” nas escolas onde todos estudam juntos —crianças

com e sem deficiência.

As medidas tratam da abertura de salas especiais dentro de colégios, oferta de ensino institucionalizado ou ainda de abertura de possibilidade aos pais de educar seus filhos com deficiência em casa.

Não raro também acontecem a propagação de denúncias de bullying envolvendo crianças com deficiência dentro das escolas regulares, o que motiva indignação e revolta de grupos que defendem um modelo com mais proteção a esse público.

A necessidade de mais aperfeiçoamento profissional para lidar com a diversidade em sala de aula também apareceu na pesquisa Datafolha/Alana.

Dos entrevistados, 67% apontam “falta de formação do professor para tratar com o aluno com deficiência”.

Ao mesmo tempo, os pesquisados não consideram que haja resistência à inclusão, uma vez





que 71% acham que “o professor tem interesse em ensinar o aluno com deficiência”.

Para Raquel Franzi, coordenadora da área de educação do Instituto Alana, um dos desafios atuais mais importantes em relação à educação da criança com deficiência é não retroceder no modelo estabelecido, que é também o aplicado em outras várias partes do mundo.

“Além de tentar garantir o acesso da criança com deficiência à escola, temos de tentar evitar o retrocesso que é o não direito à educação inclusiva”, afirma.

“É um desafio constante dar visibilidade a experiências positivas que acontecem em todo o país, mostrar que uma concepção protetiva e segregada de escola não é um caminho.”

Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão determina pena de reclusão a gestores de escolas que neguem matrícula a um aluno com deficiência.

A alegada dificuldade de condições das escolas em poder atender a todos também tem reflexos na pesquisa, quando 37% do entrevistados dizem que “concordam que a escola pode escolher se matricula ou não uma criança com deficiência”.

De acordo com Rodrigo Hübner Mendes, fundador e diretor executivo da Fundação Rodrigo Mendes —que, entre outras missões,

oferece gratuitamente ferramentas práticas para que o professor ensine alunos com deficiência com demandas específicas—, os dados da pesquisa convergem com a observação das várias redes de ensino onde a instituição atua.

“Por um lado, [a pesquisa mostra] extraordinário amadurecimento da sociedade civil sobre o direito das pessoas com deficiência à educação em escolas comuns, acompanhado da percepção de que todos saem ganhando quando a escola abraça a diversidade humana”, afirma ele.

“Por outro lado, o estudo reforça o que várias outras pesquisas vêm revelando: formação sobre esse tema é uma das demandas prioritárias manifestadas pelos professores que estão em sala de aula.”

Para o Alana, um dos preceitos científicos que fortalecem a adoção da escola inclusiva, o que comprova que o benefício da inclusão tem repercussões em todo o ambiente escolar, principalmente nos alunos sem deficiência, aparece na pesquisa Datafolha, mesmo que de forma indireta.

De acordo com o levantamento do instituto, 68% dos entrevistados se declaram contrários à afirmação de que a “criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência”.

Além disso, 93% dos entrevistados que convivem com pessoas com deficiência na escola são “favoráveis à ideia de que as

escolas se tornam melhores ao incluir crianças com deficiência”.

Conforme explica Raquel Franzi, para a criança sem deficiência, a interação com a diversidade física, sensorial e intelectual promove melhoria no desempenho acadêmico, sobretudo em linguagem e matemática, aumento da habilidade de resolução de problemas, ampliação da disposição para tarefas

Já para a criança com deficiência, além de benefícios parecidos com os das crianças típicas, ela aponta “promoção de independência e autonomia, maior participação da vida em sociedade, nas ruas e no trabalho”.

“Esses dez anos de educação inclusiva no Brasil já demonstram um enorme avanço. As gerações atuais já acessam pessoas com deficiência na escola, no trabalho, na vida social e vemos pessoas com deficiência concluindo o ensino médio, ingressando no ensino superior, tomando decisões. Os efeitos são transformadores e reais.”

Os exemplos mais bem-sucedidos de escolas inclusivas no Brasil são os que contam com o envolvimento de toda a comunidade escolar, em parceria com famílias e grupos de apoio à inclusão.

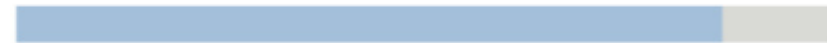
Cabe ao poder público e às próprias escolas fornecerem condições e instrumentos adequados de aprendizado, interação e permanência desse público em sala de aula.





A educação inclusiva no Brasil

Pesquisa Datafolha encomendada pelo Instituto Alana indica apoio à escola onde todos aprendem juntos



86% avaliam que as escolas ficam melhores quando incluem alunos com deficiência



76% acham que a criança com deficiência aprende mais ao lado de crianças sem deficiência



67% apontam falta de formação do professor para tratar com o aluno com deficiência



71% acham que o professor tem interesse em ensinar o aluno com deficiência



59% discordam que crianças com deficiência devem estudar só com crianças com a mesma condição



68% são contra à afirmação de que a criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência



37% concordam que a escola pode escolher se matricula ou não uma criança com deficiência



8% dos entrevistados declararam que eles mesmos tinham algum tipo de deficiência

Fonte: Pesquisa Datafolha/Alana realizada entre 10 e 15 de julho de 2019, de abrangência nacional, com 2.074 pessoas em 130 municípios, margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

Fila por vaga em creche sobe 282% em nove meses em São Paulo

Mariangela Castro
e Aline Mazzo

SÃO PAULO | AGORA A fila por vagas em creches municipais na cidade de São Paulo aumentou 282% entre o início do ano e setembro. No fim do mês passado, 75.267 crianças aguardavam ser chamadas, contra 19.679 em 31 de dezembro de 2018.

Em contrapartida, a oferta de vagas na capital subiu apenas 0,92% no período (3.100 vagas foram criadas neste ano). O percentual é o mais baixo de desde 2014.

Os dados foram divulgados nesta segunda (14), pela Prefeitura de São Paulo. A meta da gestão Bruno Covas (PSDB) é criar 85,5 mil novas matrículas

até o fim de 2020. Até o fim de setembro foram geradas 52,8 mil vagas. Para cumprir a meta, a prefeitura precisa abrir cerca de 74 vagas por dia até o fim do próximo ano (o equivalente a 32.657 matrículas).

Apesar do aumento da fila em 2019, a atual demanda por vagas em creches representa quase metade da espera em setembro 2017, no primeiro ano da gestão João Doria (PSDB), que atualmente é governador, quando havia 132.365 crianças esperando por vagas nas creches públicas.

O número de alunos matriculados também é o maior dos últimos cinco anos, com 337.022 crianças.

Pela primeira vez, a prefeitura separou os dados com as cri-

anças que aguardam ser chamadas daquelas que conseguiram vaga, mas os pais abriram mão e voltaram ao fim da fila porque preferem escolher a creche onde ficarão seus filhos.

Das 75.267 crianças na fila de espera, apenas 4.189 se encaixam no segundo caso.

Para a coordenadora de projetos da ONG Todos pela Educação, Thaiane Pereira, a cidade evoluiu bastante para reduzir a fila de vagas em creches, uma vez que atingiu a meta do Plano Nacional de Educação de ter ao menos 50% das crianças matriculadas nos municípios.

Thaiane afirma, entretanto, que para as políticas públicas de educação serem efetivas, é necessário mapear quais famílias mais precisam do ser-





viço, que tipo de creches são necessárias e em quais regiões há maior demanda.

“As creches precisam ser majoritariamente para as famílias que mais necessitam, desde as com menor nível socioeconômico até as uniparentais, quando há apenas um responsável pela casa”, afirma.

A coordenadora também diz que, no segundo caso, geralmente a pessoa responsável pela casa necessita deixar seus filhos em uma creche que atenda por no mínimo oito horas. “Um tema de política pública não deveria ter de ser levado à Justiça”, diz.

Mães e pais que não conseguem vagas para seus filhos em creches municipais têm procurado a Defensoria Pú-

blica do Estado. Segundo dados da Defensoria, foram 3.611 atendimentos para este tipo de pedido em 2019.

A operadora de caixa Valdinéia dos Santos, 33, está na fila por uma vaga para seu filho de cinco meses desde maio. Ela foi pela segunda vez buscar ajuda na Defensoria.

A primeira foi em 2018, quando seu filho mais velho, hoje com dois anos, tinha nove meses de idade. “É um problema, pois minha licença termina na semana que vem e eu preciso trabalhar”, diz.

A Secretaria Municipal de Educação diz que a demanda atual é a menor para o período de toda a série histórica (desde 2007). “O número de vagas é o maior já registrado, com 338,8

mil crianças atendidas”, afirma.

“Para fins de comparação, nos últimos cinco anos foram criadas 112 mil vagas”, diz a nota da secretaria, que afirma ser “incorreto avaliar períodos diferentes de atendimento”.

“O trabalho constante de adequação da oferta conforme a procura tem garantido que a abertura de vagas seja a mais significativa da história da cidade”, diz.

Diz ainda que está desenvolvendo uma plataforma para compartilhar informações com a Defensoria Pública, que será entregue em dezembro —em julho, a Defensoria afirmou que a prefeitura não havia disponibilizado senha e nem capacitado funcionários para o início da parceria.

Professora mais antiga dá aulas de educação física há 41 anos em SP

Angela Pinho
SÃO PAULO

João Paulo 2º foi escolhido papa, e João Baptista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. Na cultura, a canção "Cálice" fazia sucesso na voz de Chico Buarque e Milton Nascimento, e o mundo assistia ao jovem ator John Travolta no musical "Grease". Nesse mesmo ano de 1978, no interior de São Paulo, Angela Machado de Vasconcelos começava sua carreira em um colégio da rede estadual paulista.

Desde então o mundo mudou, o Brasil também, e a sala de aula definitivamente não é a mesma. Angela, contudo, segue na profissão. Aos 71 anos, 41 de carreira, é a professora mais antiga em atividade na rede estadual paulista. E de uma matéria que exige disposição: educação física.

Angela poderia ter se aposentado há mais de duas décadas, mas preferiu continuar na Escola Estadual

Daniel Paulo Verano Pontes, no Rio Pequeno (zona oeste de São Paulo), onde atua há 33 anos.

Por quê? Difícil explicar. Antes do magistério, chegou a fazer um curso de medicina, mas desistiu depois de dois anos. "Eu gostava, mas não me preenchia. Sempre quis dar aula", diz.

Por isso também nunca quis ser diretora ou coordenadora de escola. "A gente aprende muito no convívio com as crianças", afirma.

Entre as suas crianças, está a atual professora de inglês da escola. A de português é mãe de dois ex-alunos.

As histórias de muitas das crianças que dividiram o espaço da escola com ela ainda estão frescas na sua memória.

"Sempre procurei levar os alunos para competições, é importante para mostrar outras realidades", diz. "Uma vez, fui com um menino para a final estadual de atletismo. Ele tinha

15 anos e não conhecia o metrô", lembra.

Teve outro, bom aluno, que conseguiu uma bolsa em uma escola particular. "Cheguei cedo para dar aula e ele estava me esperando, porque não tinha dinheiro para a passagem de ônibus". Ela comprou o bilhete.

Os que mais gostavam da aula costumavam ficar até fora do período com ela para treinar.

O esforço, avalia, valeu a pena. "O esporte dá uma visão para os estudantes de que é importante correr atrás. Muitos viraram professores de educação física, ou seguiram outras carreiras, fizeram faculdade. Isso é muito gratificante, porque sei que tem um dedinho meu."

Há dez anos, Angela foi viajar e viu uma bola de rugby: comprou e incluiu nas aulas. Trabalhar com outras modalidades sempre foi uma meta sua. Futebol, hoje, ela dá porque está no currículo. "O futebol





exclui as pessoas. Nos outros, todo mundo está em pé de igualdade, ninguém é o bonzão.”

Apesar das boas lembranças, Angela reconhece que muita coisa mudou —no caso da indisciplina, para pior.

“Já vi aluno ganhar todo um kit para estudar e jogar na rua. Eu sou do tempo em que falavam: ‘Cuidado com esse lápis, tem que durar, se mastigar a ponta vai ficar sem’”, diz.

A relação com as famílias também é outra. “Se a gente falasse que ia chamar os pais, as crianças morriam de medo. Hoje [a criança] balança o ombro ou até mesmo fala: ‘Minha mãe vai vir aqui e você vai ver’.”

Angela ressalta que, evidentemente, nem todos são assim, e que ainda há muitos estudantes

interessados.

Ela acha também que a carreira deveria ser mais valorizada. “Tenho um colega jovem no qual me vejo muito. Ele é dinâmico, gosta do que faz e tem o dom. Tem que ser incentivado a ficar.”

A preocupação com o futuro tem razão de ser. Este deve ser o último ano de Angela na rede estadual paulista, porque sua escola adotará o tempo integral. Ela é a favor da ampliação da jornada, mas, para ficar, teria que deixar seu outro emprego, de instrutora de musculação de idosos no Ginásio do Ibirapuera.

Parar de trabalhar, no entanto, é algo em que ela nem pensa. “Diminuir tudo bem, mas ficar sem dar aula não consigo. É algo que te puxa.”



Dados da rede estadual paulista

190 mil

é o número de professores da rede estadual de SP

72%

são mulheres

45 anos

é a idade média delas; 46 a dos professores do sexo masculino

23 anos

é a idade do professor mais jovem

954 professores

da rede estadual atuam em unidades da Fundação Casa

1.102

lecionam em unidades educacionais em presídios

Mais uma do MEC

Em mais uma declaração polêmica, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que está estudando uma forma de punir universitários que tiverem desempenho muito abaixo da média no próximo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). “O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse ao comentar – em entrevista concedida ao Estado – os resultados da última edição dessa prova, que foi aplicada em 2018 aos cursos de graduação das áreas de ciências sociais, ciências humanas, gestão e negócios e produção cultural e design.

O motivo da polêmica está no fato de que o ministro se esqueceu – ou talvez nem soubesse – que o Enade foi criado com o objetivo de avaliar a qualidade dos cursos de graduação e não o desempenho dos estudantes – como acontece, por exemplo, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na entrevista, Weintraub atribuiu à falta de motivação o baixo desempenho dos alunos submetidos ao Enade, lembrando que a participação nas provas é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. Também afirmou que “gostaria que esses alunos não pudessem se formar”. Com apoio do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ele disse que a ideia do governo é incluir no edital do próximo Enade um dispositivo que permita a divulgação da faixa de nota de quem participou das provas. Embora tenham afirmado não saber se esse dispositivo pode ser imposto por simples portaria ou se depende de projeto de lei, o ministro da Educação e o presidente do Inep prometeram apresentar a proposta de punição até dezembro. Weintraub prometeu ainda que “nada será feito a fórceps” e que as regras de avaliação “serão discutidas com os especialistas”.

Esse é, justamente, o principal foco do problema. Os especialistas em ensino superior mais respeitados do País lembram que, no final do ano passado, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou um relatório em que afirmava que, além de ter “objetivos irreais”, o Enade falha na tarefa de

atestar a qualidade dos cursos de graduação.

Em declaração também dada ao Estado, o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE e membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, lembrou que, por ter sido concebido para avaliar todos os cursos do País, o Enade parte de uma matriz curricular bastante genérica, sendo assim um mecanismo ineficiente de avaliação. Ex-secretária de Educação de São Paulo e do Distrito Federal, expresidente do Inep, ex-secretária executiva do Ministério da Educação (MEC) e integrante do Conselho Nacional de Educação, a cientista política Maria Helena Guimarães Castro afirmou que, em sua passagem pelo governo federal, questionou se o formato e os conteúdos cobrados dos alunos no Enade seriam adequados.

Segundo especialistas, ao anunciar que punirá alunos com baixo desempenho no Enade o ministro da Educação não só mostrou desconhecer os problemas da avaliação do ensino superior, como, igualmente, prometeu incorporar no Enade sanções que são incompatíveis com seu papel. Além disso, como pelas regras do Enade cada área do conhecimento é avaliada de três em três anos, mesmo se os piores alunos do Enade aplicado em 2018 se formarem em 2020, eles não terão como ser punidos como quer Weintraub.

Desde sua criação, o Enade jamais foi valorizado pelas universidades públicas. Só as universidades privadas, que usam a nota do curso como estratégia de marketing, dão importância a essa avaliação. E, há tempos, pressionam o MEC para que a prova seja mais respeitada. Há pouco, o titular da pasta acolheu uma antiga – mas não confessada publicamente – aspiração das faculdades privadas, que é a criação de um mecanismo de autorregulação. Em vez do Enade, elas próprias criariam seus mecanismos de avaliação de qualidade. Ao tentar interferir no Enade, punindo alunos, Weintraub vai na contramão do que afirmou. É desse modo que a educação vem sendo administrada.

‘Estado’ lança projeto para professores

O Estado lança hoje, Dia dos Professores, um projeto para docentes que queiram usar reportagens em sala de aula. São sugestões de discussões, trabalhos, redações e outras atividades, com base em reportagens. O Estadão na Escola estreia com 15 rápidos e objetivos planos de aula sobre temas como Amazônia, vacinas, bomba atômica e até o VAR do futebol.

Semanalmente, uma reportagem será escolhida para fazer parte do projeto, que terá uma página no estadão.com.br. Todos os textos serão abertos ao público, sem necessidade de assinatura, como uma forma de incentivar o trabalho do profes-

sor. Além das aulas, haverá vídeos com os repórteres, em que explicam o processo de apuração e escrita.

O Estadão na Escola faz parte de uma iniciativa de educação midiática do jornal, ou seja, pretende ajudar crianças e jovens a analisar criticamente as informações que recebem e entender melhor a importância da imprensa. Entre os objetivos do projeto, além da melhoria da educação, estão o combate às fake news, a valorização da informação de qualidade e a formação de novos leitores.

O projeto conta com a parceria do Instituto Palavra Aberta, que forma professores em educação midiática. Para começar, “Viva a República”, um especial inédito, já estará disponível hoje, com sugestões para serem usadas pelos professores.

Incentivo à educação

Aprender para aplicar no Brasil: professores recebem bolsas para participar de capacitações no exterior

» Ana Isabel Mansur*

A pesquisa Profissão Docente, conduzida pelo Todos pela Educação e pela Fundação Itaú Social, concluiu que 69% dos professores brasileiros consideram o aperfeiçoamento da formação continuada o principal instrumento para a valorização profissional. Os educadores brasileiros enfrentam inúmeras dificuldades em sala de aula, e ter a chance de se capacitar é a aposta para o melhor desempenho do trabalho e para inspirar estudantes, já que são agentes de mudança da sociedade.

Editais de apoio oferecem a professores da educação básica a chance de participar de treinamentos em outro país. Há seleções para profissionais da rede pública e privada. Em julho, 588 professores de escolas públicas de todo o país embarcaram para os Estados Unidos e para o Canadá, em dois programas de aperfeiçoamento feitos em cooperação com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

No mês passado, o Japão



Docentes do ciclo básico viajaram para aperfeiçoamento nos Estados Unidos e Canadá

recebeu docentes selecionados para passar um ano no país. Esse tipo de programa dá aos educadores brasileiros chance de internacionalizar o currículo e de aprender com experiências diferentes em países com educação de ponta, e, principalmente, para aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula ao retornar ao Brasil.

Imersão nos EUA

“São esses programas que renovam no professor o sonho de dar o melhor no intuito de colaborar para que vidas sejam transformadas e, consequentemente, possamos

viver dias melhores, em que todos tenham acesso à educação de qualidade, emprego e saúde”, afirma Rebeca Pereira, professora de inglês do Centro Educacional Myriam Ervilha, no Recanto das Emas. Ela integrou o grupo de 21 professores da rede pública do Distrito Federal selecionados para participar de programa de formação nos Estados Unidos.

A viagem foi em julho, e Rebeca, que dá aula há 11 anos, trouxe na bagagem experiências culturais e de conteúdo para aplicar na escola onde trabalha, como o curso de metodologia de ensino da língua





inglesa que fez na Universidade do Arkansas, fruto de parceria entre a Capes, a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Oportunidade no Canadá

Entre os 102 professores de diversas disciplinas de escolas públicas que viajaram ao Canadá para se aperfeiçoar, estava a pedagoga Lorena Rodrigues, que dá aulas para alunos de 4º ano na Escola Classe 104 de São Sebastião. Ela participou da imersão no Fanshawe College. “Eu me senti muito realizada na minha profissão com essa oportunidade. Se eu não fosse professora, não teria ido”, afirma. “Aprender com o povo canadense foi maravilhoso e o principal que aprendi foi o respeito às diferenças. Eles têm altíssimo nível de civilidade”, disse Lorena, que viajou com um grupo de professores de 18 estados.

Um ano e meio no Japão

A professora de matemática Milene da Silva, 35, embarcou para a cidade de Osaka em setembro para seis meses de curso da língua japonesa. Na sequência, a docente do Centro de Ensino Fundamental 4 do Gama vai para a Universidade de Educação de Nara, na cidade de mesmo nome. Ela terá essa experiência graças ao Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do governo do Japão, que oferece bolsas de estudo para professores brasileiros. “Eu penso que um dos desafios é trabalhar coletivamente para produzir um ensino mais efetivo”, disse. Para se inscrever no programa japonês, o docente interessado precisa ter até 34 anos em 1º de abril do ano da seleção, experiência profissional mínima de cinco anos e bom domínio da língua inglesa ou japonesa.

*Estagiária sob supervisão
da subeditora Ana Paula Lisboa

Salários ainda são muito baixos

» Catarina Loiola*

» Cristiane Noberto*

“Um professor e uma professora valorizados, reconhecidos e bem pagos são a chave para a construção de uma escola pública, democrática, laica e de qualidade para todos”, disse a professora Patrícia Ramiro, que leciona para crianças nos primeiros anos de escola na Escola Classe 15 de Sobradinho. Atualmente, o Brasil conta com mais de 2,2 milhões de professores na educação básica, conforme o Anuário da Educação Básica, divulgado em junho deste ano.

Segundo o ranking da Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), porém, os salários dos docentes brasileiros ainda são muito baixos, pois figuram em 42º lugar em uma lista de 45 países. Divulgado em setembro, o estudo é feito com informações de 2016, 2017 e 2018 e mostra que os salários no Brasil, em 2017, era equivalente a US\$ 14.775 por ano, ou R\$ 48.757,00 (considerando o dólar a 3,30, em dezembro de 2017, conforme dados

do Banco Central) bem abaixo do mínimo estabelecido pela organização, de US\$34.540 por ano ou R\$ 113.982,00. O Brasil também estava abaixo de todos os outros países latino-americanos presentes no documento e muito atrás de países emergentes como Israel e Turquia. O país também ocupa o 7º lugar no ranking das turmas mais cheias, com uma média de 28 alunos cada, empatando com México e Coreia do Sul. Número acima da média dos países da OCDE, grupo das economias mais emergentes, que possuem classes com 23 alunos, em média, nos anos finais do ensino fundamental.

Por outro lado, os gastos brasileiros em educação, contando com a mão de obra de professores e auxiliares, correspondiam a 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), maior do que a média dos países da OCDE, de 4,4% do PIB, mas abaixo de países como Suécia (5,8%), Bélgica (5,7%), Islândia (5,7%), Finlândia (5,8%) e Noruega (7,2%). Mesmo assim, o Brasil apresenta um dos gastos mais baixos por aluno nas instituições públicas de ensino, de US\$ 4, 5 mil por ano, abaixo da

média dos países presentes no estudo, de US\$ 10, 4 mil anuais.

De acordo com Catarina de Almeida Santos, professora da Universidade de Brasília e coordenadora do Comitê Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a ausência de investimento em educação evidencia que o processo educativo e o docente não são tratados como prioridades pela sociedade. “Todos os estudos no país e fora sempre vão apontar que, no processo educativo, o elemento mais importante para garantir uma educação de qualidade é o professor”, disse. “Isso não significa que ele sozinho vai fazer a educação, mas ele é uma peça essencial no processo de garantir o direito à educação, processo de formação dos alunos, de garantia da aprendizagem”, completou. “Nossos professores têm salário inicial muito baixo, condições de trabalho adversas e não têm planos de carreiras atrativos”, lamentou.

*Estagiárias sob supervisão de Cláudia Dianni

Eu, professora

» JÚLIA PASSARINHO

Professora e diretora do Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil
%u2014 Indi

Até bem pouco tempo, tornar-se professor era um caminho escolhido por afirmarmos vocações, dons e encantamento pela tarefa de ensinar — fosse por tradição familiar, fosse pelo desejo despertado nas lembranças afetivas do período de aluno, fosse por se descobrir professor. Penso que qualquer motivo que tenha para fazer a escolha profissional, hoje, mais do que nunca, é preciso que você, professor, tenha a clareza do porquê de ter-se tornado professor. Por que fez essa opção profissional. Seus porquês é que lhe garantirão manter-se ou não nesse lugar, nessa função.

Sabemos que tudo na vida são escolhas e que elas, sejam quais forem, vão nos exigir uma postura, uma atuação, uma responsabilidade, um fazer profissional sustentável na consciência vocacional. Mas será que essa consciência tem nos sustentado o exercício, a tarefa, a função de ensinar? Com tantas definições para nossa profissão, os modismos que nos impõe, influenciando social e politicamente as ações do bom professor? Ou de um bom facilitador? Ou um bom mediador? Ou um bom educador, estimulador dos protagonistas dos seus processos de educação?

Isso tudo sem falarmos na intensa

divulgação de verdadeiros despautérios de violências e desrespeito sofridos pelos professores. É fato que estamos vivendo numa sociedade em que todos nós, famílias e professores, nos defrontamos e lidamos com muitas crianças e jovens que revelam inconsistências de valores éticos, morais, falta de limites e de respeito nas inter-relações sociais, além de imediatismo, intolerância e negação às frustrações presentes no nosso conviver atual.

As famílias sofrem por não saberem ser os adultos e os responsáveis pelos filhos. Os filhos sofrem as angústias de se confirmarem verdadeiros déspotas dos pais. E nós, professores, entramos em sofrimento se não soubermos lidar com esses fatos. Mas é preciso deixar claro que não estou generalizando nem crucificando as famílias. Aliás, cada uma sabe dos seus valores, das suas condições e posicionamentos educacionais com os filhos, e isso não está em julgamento. Refiro-me a fatos notórios com os quais somos invadidos frequentemente. Como também não coloco os professores como vítima dos alunos ou da sociedade.

Sinceramente, fico pensando como seria mais prático, honesto e fiel aos princípios profissionais, se eu, professor, procurasse me manter encantado com minha escolha profissional e assumisse minha função com responsabilidade pelas

minhas escolhas; atuasse olhando com respeito para meus alunos, para seus limites; acreditando na capacidade de cada um; na compreensão das suas diferenças, no acolhimento dos seus receios; no estímulo dos seus dons.

Se eu, professor, qualificasse as inter-relações, fortalecendo as competências emocionais e sociais dos meus alunos; se definisse, com eles, os limites necessários do respeito nas relações entre todos; se pudesse suportar as frustrações dos alunos sustentando-os e fortalecendo-os com a aprendizagem possível dessas situações. Se eu, professor, oferecesse o meu melhor e despertasse o melhor deles, daqueles que dependem de mim mesmo sem que eles tenham me escolhido, mas com a consciência de que eu escolhi estar com eles.

Poucas certezas podemos ter na vida. Uma delas, para mim, é a de que ser professor é uma escolha consciente das responsabilidades profissionais e, como tal, poder tomar decisões convicta de que promovemos experiências significativas que substanciarão atitudes transformadoras na construção de uma sociedade mais justa e um mundo mais humanizado.

Eu, professor, felicito os professores que, como eu, buscam constantemente aperfeiçoamentos, valorizam a profissão e vivem a educação.

De olho em uma vaga na UnB



Instituição oferece 4.232 vagas em cursos de nível superior por meio do PAS

Sonho de ingressar na universidade, que é uma das 10 melhores do país, movimenta inscrições no Programa de Avaliação Seriada (PAS), que recebe cadastros até as 18h da próxima sexta-feira

» ALAN RIOS
» RAYSSA BRITO*

A chance de ingressar em uma das dez melhores universidades do país. É isso que move alunos do ensino médio no Distrito Federal que se preparam para realizar o Programa de Avaliação Seriada (PAS), da Universidade de Brasília (UnB). A instituição abriu as inscrições para as três etapas do processo, direcionadas para

estudantes do 1º, 2º e 3º ano. Quem participa da avaliação concorre a uma das 4.232 vagas disponíveis para o ingresso no ensino superior da UnB. A expectativa para o número de candidatos ainda não foi divulgada, mas 56.904 pessoas se inscreveram no ano passado, somando as três etapas. As provas serão realizadas em dezembro.

Os jovens têm até as 18h da próxima sexta-feira para realizar o cadastro na plataforma on-line do Cebraspe, onde devem inserir informações como o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF), e-mail, telefone, opção de língua estrangeira e em qual das cidades listadas no edital deseja fazer a prova. Para quem vai fazer a avaliação pela

primeira vez, ainda é necessário enviar uma foto colorida, tirada nos últimos seis meses e com fundo branco. Isabela Andrade de Sousa, 16 anos, é uma das estudantes que irá realizar o PAS 1 e já tem um planejamento bem estruturado. “Começo a estudar geralmente às 15h e dou uma pausa às 18h. Volto às 20h e paro às 22h. Sempre que vou fazer provas, levo chocolate e barrinha de cereal, que são leves. Minhas expectativas são altas, é um sonho cursar Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal”, disse.

Há uma taxa de R\$ 118 para realização das provas, que custeia os gastos com funcionários e impressões das provas, por exemplo. O valor pode ser pago até 6 de novembro. Para a primeira e segunda etapa, há isenção para candidatos hipossuficientes, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou de família de baixa renda – que receba mensalmente um valor igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Neste caso, o aluno deve preencher um requerimento no site com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, e a declaração de que é membro de família de baixa renda. Estudantes do ensino médio de escolas públicas do DF também têm direito a isenção, caso comprovem que a renda familiar per capita é igual ou inferior a um salário mínimo e meio e que a frequência





escolar é igual ou superior a 75% das aulas ministradas até o momento da solicitação de inscrição.

Expectativa

Uma das candidatas às mais de 4 mil vagas é Bárbara Lucas Silva de Oliveira, 17, que irá fazer a última etapa do PAS neste ano. Ela conta que se sente ansiosa para o dia da avaliação, mas que a família não coloca uma pressão desnecessária na jovem. “Tentarei a minha primeira opção de curso, que é medicina veterinária. Mas se não conseguir entrar na universidade pelo PAS, também vou fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”, afirmou. Entrar na UnB também é a meta de Jessica Gois, 16, que gosta do método da universidade. “Acho que pelo PAS há mais chances, tanto pela prova ser dividida em etapas anuais, o que deixa o conteúdo menos denso, como também por ter menos concorrência do que no Enem, por exemplo. Espero que seja uma prova tranquila de ser realizada e que dê ênfase nas várias questões sociais.”

*Estagiária sob supervisão de Fernando Jordão

Vidas retomadas pelas mãos dos professores

Em celebração ao Dia do Professor, alunos do CED 2 de Taguatinga homenageiam docentes que lecionam em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Profissionais contam os desafios na luta pelo reconhecimento do trabalho

» LUIZ OLIVEIRA*



Respeito e admiração. É assim que os alunos do terceiro ano do Centro Educacional 2 de Taguatinga (CED 2, conhecido como Centrão) definem a relação com os professores. Tanto que resolveram antecipar a comemoração do Dia do Professor e organizar uma grande homenagem a eles. Às vésperas do recesso da “semana do saco cheio”, o pátio da instituição foi todo enfeitado para receber os docentes, com direito a faixa, balões e até tapete vermelho. Emocionados, os professores ressaltaram a importância do ensino no início e na retomada da vida de tantos alunos.

Edson Silva, 35 anos, organizou os festejos junto a outros colegas. O aluno da Educação de Jovens e

Adultos (EJA) conta que a preparação começou no início de setembro. “Metade (dos alunos) ficou responsável pela ornamentação e a outra, pelo lanche.”

A professora Andreia Costa Cardoso, 49, saiu emocionada. Manifestações como essa fazem com que ela, com três décadas de docência, continue em frente. “Já recebi diversas demonstrações de alunos em relação ao meu trabalho, mas nunca numa dimensão como essa. São em momentos como esses que minha paixão por ensinar é revigorada”, afirma.

Para o professor de português Marcos Paulo, 34, os desafios da docência são diversos, mas começam pelo respeito das outras áreas da sociedade. “Muitos setores não valorizam a nossa profissão, o que é contraditório, pois todos esses que criticam já passaram pela mão de algum professor. Há muita pressão para te desmotivar, mas eu vejo isso como um desafio para remar ao contrário.”

Considerado aluno destaque por diversos professores, Edson não teve uma trajetória de vida fácil. Aos 16 anos, ele partiu, sozinho, do Maranhão para o DF, buscando uma possibilidade de melhoria de vida. A chegada a Brasília, porém, não correspondeu às expectativas. “Morei na rua durante um período da minha vida, em virtude de

problemas com a minha tia. Aí fui me virar sozinho, tive depressão e tentei suicídio nesse tempo”, lembra.

A trajetória escolar teve que ser interrompida precocemente: Edson ficou 10 anos sem estudar. Porém, há um ano e meio, quando os problemas começaram a ser superados, ele resolveu que era hora de voltar aos livros. “Senti esse desejo de retornar para buscar algo melhor para a minha vida”, conta.

Na retomada, o acolhimento dos professores do Centrão foi fundamental. “Eu os enxergo como algo muito importante, mas, antes, eu não tinha essa visão. Achava que eles só precisavam de um salário bom. Porém, hoje percebo que eles precisam de muito mais, como o meu respeito”.



Andreia e Edson: “Paixão por ensinar revigorada”, diz professora

Paixão por ensinar

Andreia Costa Cardoso, 49, é professora da Secretaria de





Educação há três décadas e está há 18 anos no Centrão. Ela conta que, desde pequena, sempre quis ser professora. A primeira “turma de alunos” ela encontrou na vizinhança. “Comecei a dar aula particular aos 11 anos, na rua em que morava, para os vizinhos”, conta.

Após o ensino profissionalizante, ela começou a trabalhar com crianças em fase de alfabetização. A professora passou a lecionar à noite depois que foi aprovada em um concurso do BRB. Não demorou muito para a docência falar mais alto na vida de Andreia. “Fui bancária e professora por sete anos. Depois que saí do banco, fui dar aula em escola particular durante o dia”, afirma.

Para ela, as dificuldades em ser professora são muitas. “Depende da realidade, porque já ministrei aula para todas as faixas etárias, desde criancinha, adolescentes e, agora, adultos. Cada um possui uma particularidade própria. Tive a felicidade de ir aprendendo a dar aula para qualquer faixa etária.”

Andreia acredita que a diferença do EJA para o ensino regular é o perfil do aluno. “A gente tem que entender as dificuldades que eles possuem, que vão desde problemas de aprendizagem, locomoção para ir e voltar, e o cansaço pelo trabalho”, diz.

De volta à escola

No ano passado, o EJA registrou quedas nas matrículas. Segundo dados do último Censo Escolar, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio

Teixeira (Inep), em 2018 o número de matriculados foi 1,5% menor do que no ano anterior, totalizando, atualmente, 3,5 milhões de estudantes. O professor Marcos Paulo de Oliveira, 34, aponta que o problema de evasão é gravíssimo. “O público do EJA tem essa dificuldade, porque como eles trabalham em lugares distantes, chegam cansados; tem o problema de locomoção, muitos moram longe, são vários fatores que fazem muitos desistirem”.

Marcos Paulo concluiu o ensino médio no CED 2 e retornou à instituição para lecionar. Formado em letras e educação física, ele iniciou a carreira como professor substituto de português. Ele identifica, no EJA, muitos desafios, dos quais eleger dois como os mais complicados. “A bagagem de aprendizagem é muito deficitária, pois eles estão correndo atrás de um prejuízo. Ainda tem o cansaço, porque a maioria dos alunos é composta por trabalhadores.”

Ele conta que sempre foi bem recebido pelos alunos e a diferença de idade nunca pesou. “A convivência é bastante transparente, de respeito. Eles sabem os limites deles e eu sei o meu”, diz. “É uma relação de confiança”, sintetiza.

Marcos Paulo enxerga o dia dos professores como um momento de reflexão: “É uma data para se sonhar com possibilidades melhores e entender que as mudanças não serão para nós e, sim, para os nossos filhos e netos”.

Jornada tripla

Aluna do primeiro ano do ensino

médio, Thatiane Sousa, 27, voltou a estudar depois de dez anos parada. Aos 15 anos, descobriu que estava grávida. Ao se ver nessa situação, sentiu-se na obrigação de escolher entre família e estudo. A pressão social também pesou na decisão, que foi de abandonar as aulas. “Tinha muita vergonha, não queria ir para escola. Então, resolvi ficar em casa cuidando do bebê.”

Hoje, ela procura recuperar o tempo perdido e, para isso, o trabalho dos docentes do Centrão foi decisivo. “Quero conseguir um emprego melhor e, para isso, tem que ter estudo. Quando eu terminar o ensino médio, quero fazer um curso técnico de enfermagem”, comenta.

No entanto, não foi fácil voltar a estudar, pois Thatiane possui uma rotina bastante puxada. “Tenho que me intercalar, pois trabalho como diarista durante o dia, aí vou para casa por volta das 17h, faço a comida do meu filho, para depois vir correndo pra escola”, explica.

Às vezes, ela se sente desestimulada por ser ver em um horário apertado, porque não pode pedir para sair mais cedo do trabalho e tem as responsabilidades como mãe. “Tenho uma jornada tripla.”

A relação que possui com os professores é de muita admiração. “Eles nos ajudam muito, são muitos pacientes e explicam qualquer dúvida que a gente tem. Compreendem a nossa situação, sempre buscando encontrar as melhores soluções.”

*Estagiário sob supervisão de Jairo Macedo